

**OS SUBSÍDIOS AFETAM AS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS?  
ANÁLISE A PARTIR DE MODELOS GRAVITACIONAIS****Michelle Márcia Viana Martins**Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. *E-mail:* <michelle.martins@ipea.gov.br>.**Alicia Cechin**Pesquisadora do PNPD/Dinte/Ipea. *E-mail:* <alicia.cechin@ipea.gov.br>.**Scarlett Queen Almeida Bispo**Pesquisadora do PNPD/Dinte/Ipea. *E-mail:* <scarlett.bispo@ipea.gov.br>.**Fernanda de Araújo Pedrosa**Pesquisadora do PNPD/Dinte/Ipea. *E-mail:* <fernanda.pedrosa@ipea.gov.br>.**Flavio Lyrio Carneiro**Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail:* <flavio.carneiro@ipea.gov.br>.**Marcelo José Braga Nonnenberg**Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail:* <marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br>.**Marco Aurélio Alves de Mendonça**Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail:* <marco.mendonca@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2739>

O objetivo do estudo é estimar os efeitos dos subsídios de apoio interno de países terceiros sobre as exportações agrícolas brasileiras. O estudo contribui com a literatura existente de várias maneiras. Primeiro, compara os resultados brasileiros com os efeitos das políticas de transferências em nível mundial, o que possibilita inferir possíveis vantagens comparativas da produção brasileira no setor do agronegócio. Segundo, os esforços reportados no documento aplicam ao conjunto de dados de subsídios fornecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta investigação reforça as justificativas encontradas na literatura para considerar os dados referentes aos subsídios agrícolas disponibilizados pela OCDE em detrimento dos valores apresentados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Terceiro, por meio de um modelo econométrico amplamente utilizado para estimar os efeitos de políticas comerciais sobre os fluxos de comércio, nomeadamente, o modelo gravitacional, os resultados são avaliados em termos de fluxos agrícolas agregados e desagregados por produtos. Outra proposta econométrica é estimar os efeitos do apoio doméstico para diferentes subsídios e para diferentes tipos de recursos financeiros concedidos ao setor.

O artigo possui seis seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na seção 2, são apresentadas algumas observações de cunho conceitual para contextualizar os subsídios calculados pela OCDE. Na seção 3, é demonstrado o referencial que fornece as bases teóricas para o entendimento dos subsídios e contribuições empíricas definidas no âmbito do apoio ao produtor. Na seção 4, são expostas as estratégias metodológicas e empíricas sobre o modelo gravitacional. A seção 5 discute resultados econométricos e explora os principais efeitos dos subsídios para o Brasil.

Ao considerar as exportações de todos os produtos do agronegócio, os principais resultados revelam o efeito negativo do apoio direto ao produtor (*producer support estimate* – PSE) sobre as exportações agrícolas brasileiras no período analisado. Em outras palavras, quando os países parceiros e concorrentes do Brasil fornecem suporte direto aos seus produtores, pode ocorrer um efeito de distorção comercial por meio de uma alteração sobre os preços internacionais. Esse efeito pode interferir negativamente os fluxos comerciais brasileiros. Entretanto, considerando as estimativas de suporte a serviços gerais (*general services support*

# SUMEX

*estimate* – GSSE) e as estimativa de suporte ao consumidor (*consumer support estimate* – CSE), que tratam dos subsídios gerais ao setor e do apoio aos consumidores de produtos agrícolas, respectivamente, estes não apresentaram significância estatística.

Partindo para uma análise mais detalhada, foi considerado em um mesmo painel um conjunto de bens agrícolas desagregados. Neste caso, não se trata mais de todos os produtos do agronegócio, mas de um subconjunto de produtos definidos conforme disponibilidade dos dados para o subsídio desagregado, o subsídio específico por produto (*single commodity transfers* – SCT). Nesse caso, o efeito do SCT sobre as exportações brasileiras é positivo, demonstrando que o aumento dos subsídios agrícolas fornecidos por países parceiros e concorrentes do Brasil tem uma relação positiva com os envios brasileiros. Esse resultado é interessante e sugere que esse aumento possa ser explicado pela compra de insumos primários do Brasil por países processadores que recebam algum tipo de incentivo do governo e pelo tipo de subsídio que é concedido, como suporte de preços ao produtor, que aumentam os preços doméstico, estimulando as importações.

Buscando um melhor entendimento dos efeitos comerciais dos subsídios, a avaliação recai sobre uma série de produtos, particularmente aqueles que detêm relevância na produção agrícola brasileira. Os resultados foram distintos para diferentes setores: em relação à soja em grãos, principal produto da pauta exportadora agrícola brasileira, o SCT não apresentou significância estatística sobre os envios brasileiros. Ademais, as exportações de milho, carne suína e carne bovina do Brasil parecem ter uma relação positiva com os subsídios fornecidos pelos países concorrentes, enquanto os envios de açúcar parecem ser afetados de forma negativa.

No setor de pesca e aquicultura é importante ressaltar a dificuldade encontrada diante da indisponibilidade de dados. Não foi possível obter a estimação econométrica para a análise da relação entre as exportações brasileiras de pesca e aquicultura e os subsídios fornecidos por países terceiros a esse setor. Quando considerado todos os países da amostra, foi possível constatar uma relação positiva de subsídios e exportações, ou seja, os subsídios fornecidos à pesca e aquicultura pelos países podem ter contribuído para o aumento das exportações mundiais desse setor.